

Questões Atuais e Controvertidas na Ação de

Impugnação Administrativa

INÊS DA TRINDADE CHAVES DE MELO

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2018

1133592

Copyright © 2018 by Inês da Trindade Chaves de Melo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Categoria: Direito Administrativo

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M528q

Melo, Inês da Trindade Chaves de.

Questões atuais e controvertidas na ação de improbidade ad-
ministrativa / Inês da Trindade Chaves de Melo. – Rio de Janeiro
: Lumen Juris, 2018.

228 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 173-193.

ISBN 978-85-519-1007-8

1. Direito Administrativo. 2. Improbidade Administrativa.
3. Medida Cautelar. 4. Colaboração Premiada. 5. Código de Pro-
cesso Civil de 2015. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
1. A Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e o Momento Político à Época	5
1.1 Origem	5
1.2 A Lei nº 3.164/57 (Lei Pitombo-Godói Ilha), a Lei nº 3.502/58 (Lei Bilac Pinto) e uma breve abordagem dos princípios norteadores da Lei nº 8.429/92	7
1.2.1 Princípios norteadores da probidade	14
1.3 Da questão sobre a inconstitucionalidade formal da Lei nº 8.429/92	18
1.4 Breves comentários aos atos de improbidade	25
1.5 Da questão sobre a inconstitucionalidade material da Lei nº 8.429/92	47
2. Competência	51
2.1 Conceito	51
2.2 Natureza jurídica	53
2.3 Do foro por prerrogativa de função na ação de improbidade administrativa	55
3. Prescrição	81
3.1 Conceito e princípio da segurança jurídica	81
3.2 Irretroatividade da lei	83

3.3 Da prescrição na ação de improbidade administrativa....	84
3.4 Termo a quo das situações funcionais transitórias	86
3.4.1 Mandatos sucessivos e outros casos: contagem do prazo prescricional	87
3.4.2 Cargos em comissão e função de confiança em caso de sucessão e outros casos: contagem do prazo prescricional	91
3.5 Situação funcional permanente.....	95
3.6 Imprescritibilidade do dano ao erário.....	99
3.6.1 Fonte constitucional	99
3.6.2 Da controvérsia sobre a imprescritibilidade.....	100
4. Medidas Cautelares na Ação de Improbidade Administrativa: um Paralelo com o Novo Código de Processo Civil	103
4.1 Conceito e requisitos	103
4.2 Da possibilidade das medidas cautelares na ação principal de improbidade administrativa e prazo para ajuizamento da ação principal.....	109
4.3 Medidas cautelares em espécie	113
4.3.1 Afastamento do agente público	113
4.3.2 Medidas cautelares patrimoniais	120
4.3.2.1 Indisponibilidade de bens	123
4.3.2.2 Sequestro	130
5. Colaboração Premiada (Delação) na Ação de Improbidade Administrativa	133

5.1 Introdução e breve histórico.....	133
5.1.1 Colaboração premiada no Direito Italiano: Noções....	134
5.1.2 Colaboração premiada nos Estados Unidos: Noções.....	135
5.1.3 Histórico da colaboração premiada no Brasil	136
5.2 Da constitucionalidade da colaboração premiada.....	139
5.3 Do conceito e as espécies de colaboração premiada.....	145
5.4 Natureza jurídica do instituto da colaboração premiada.....	148
5.5 Requisitos da colaboração premiada	152
5.6 Do procedimento da colaboração premiada.....	156
5.7 Da colaboração premiada na ação de improbidade administrativa.....	158
5.7.1 Da colaboração premiada como negócio jurídico processual e viabilidade da aplicação na ação de improbidade administrativa	159
Conclusão	169
Referências	173